

Conservação ambiental

Aquecimento global

O desafio de firmar acordo internacional para deter mudanças climáticas

Por **Marcelo Machado Leão**

O mundo todo está acompanhando com grande atenção a reunião que ocorre em Paris - a maior já realizada pela ONU fora da sua sede, em New York - entre representantes de quase duzentos países, para firmar um acordo internacional que visa a diminuição dos efeitos nocivos das mudanças climáticas, cada mais visíveis e preocupantes.

A elevação do nível dos mares, o derretimento do gelo na Groelândia e o branqueamento dos recifes de corais em muitas regiões são indícios que as mudanças climáticas estão por toda parte e exigem soluções globais urgentes e eficientes.

O objetivo é criar uma política internacional comum para a redução na emissão dos gases responsáveis pelo efeito estufa, os chamados GGE, que impeça o acréscimo superior a 2 graus Celsius na temperatura média de superfície da Terra, em relação aos níveis pré-Revolução Industrial, até 2100. Esse é o limite considerado "perigoso" pela ONU.

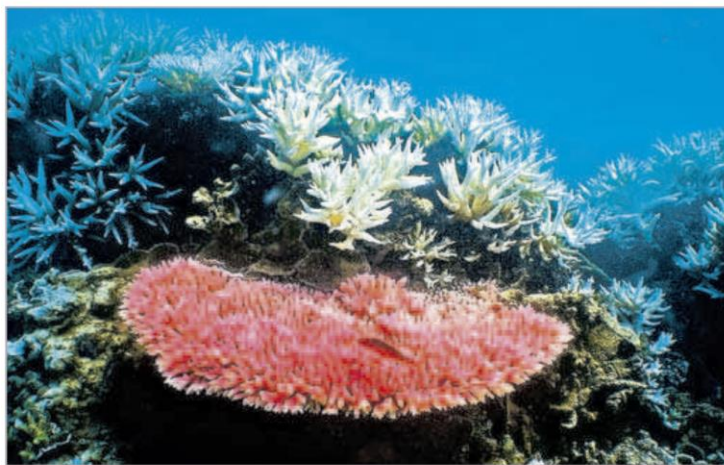
O ponto de partida para o acordo são as promessas de desaceleração na emissão de gases-estufa feitas durante o último ano. Chamadas de Contribuições Pretendidas Nacionalmente Determinadas (INDCs), indicam as medidas que os países estão dispostos a adotar até 2030.

Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), porém, já mostrou, que a soma das INDCs anunciadas pelas várias nações não chega à metade do esforço necessário para impedir o aumento da temperatura proposto, de 2°C, até 2100. É provável, no entanto, que as mais de 180 INDCs submetidas até agora sejam anexadas ao acordo, como forma de garantir que não haja retrocesso em relação ao que já foi alcançado. Além disso, busca-se estabelecer um mecanismo de revisão periódica dessas promessas, que, provavelmente, será de cinco em cinco anos.

A estrutura básica do acordo foi redigida em um texto com pouco mais de 50 páginas produzido em um encontro diplomático em Bonn, na Alemanha, em 23 de outubro último. O documento possui, no entanto, quase 3.000 trechos "entre colchetes", que sinalizam os pontos de desacordo entre os países.



As mudanças climáticas podem agravar processos de desertificação, fenômeno registrado em várias regiões



O branqueamento dos corais é a morte dos pólipos, responsáveis pela construção dos recifes

As principais disputas estão relacionadas com a relação ao grau de intensidade, rapidez e a obrigatoriedade que o corte de emissões deverá ter nos países em desenvolvimento.

Mesmo antes do término do encontro, seus participantes já alertaram para a falta de sintonia entre os países desenvolvidos - Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão e as nações europeias, e o grupo formado por grandes emergentes e países em desenvolvimento, denominado G77 + China.

As desavenças ocorrem porque, pelo acordo que rege a Convenção-Quadro das Nações Unidas para mudanças climáticas, os países industria-

lizados, maiores emissores de gases nocivos, são considerados os maiores responsáveis pelo aquecimento global. Essa avaliação faz com que os membros do G77+China devam ser beneficiados por um mecanismo, que permita receber fundos dos países mais ricos, para financiar as ações de adaptação às mudanças climáticas.

Há cinco anos, durante a reunião da 15ª. Conferência do Clima, em Copenhague, um dos poucos itens acordados foi a definição que as nações desenvolvidas transfeririam US\$ 100 bilhões, até 2020, para financiar as ações de adaptação dos países menos desen-

volvidos. Dessa quantia, US\$ 62 bilhões serão repassados até o final de 2015, segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Existem, porém, muitos questionamentos como esses financiamentos são definidos e como são utilizados por quem os recebem. Está, também, em aberto como será o financiamento após 2020. Pelos acordos firmados até agora, os países ricos deveriam destinar US\$ 100 bilhões por ano para as ações de adaptação, mas tudo está indefinido, por que esses países temem desvios e casos de corrupção. O Brasil divulgou recente-

mente na ONU as suas metas para a redução das emissões de GGEs de 37%, até 2025 e de 43% até 2030, em relação a 2005. São números arrojados, uma vez que representam metas absolutas para toda a economia nacional. Foi anunciado, também, o fortalecimento de medidas para deter o desmatamento ilegal no bioma Amazônia, até 2030.

Em face dessas metas tão ambiciosas, o cumprimento da INDC pelo Brasil exigirá esforços relevantes, podendo até a exigir mudanças no modelo de desenvolvimento econômico.

Nesse desafio, o agronegócio, responsável por uma fatia bastante significativa no Produto Interno Bruto brasileiro, deverá desempenhar papel significativo. É certo que o setor será chamado em quase todas as medidas anunciadas, desde o aumento na participação dos biocombustíveis e outras formas de bioenergia na matriz energética, o reflorestamento e a restauração florestal, e o avanço da agricultura de baixo carbono, com a recuperação de pastagens degradadas e a adoção da integração lavoura/pecuária/floresta (iL-PPF).

Para cumprir essas metas, será necessário manter, e, também, aperfeiçoar os mecanismos já existentes. O Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), já em vigor, acena com linhas de crédito para promoção do sistema iLPPF e para a recuperação de pastagens degradadas. Apesar disso, ainda existem dificuldades para monitorar o progresso desses esforços, impedindo o diagnóstico preciso do que foi feito até agora.

Em tempos de crise, o agronegócio, cujo papel no desenvolvimento econômico brasileiro é amplamente reconhecido tem agora a oportunidade de apresentar a sua contribuição em favor do ambiente, reduzindo as emissões de GEE, tão importante para a sobrevivência da vida no planeta. Por isso, merece receber todo o apoio para obter sucesso nessa iniciativa.

Marcelo Machado Leão é Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutor em Ciências Florestais e pós-doutorando pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Além de diretor técnico da Propark Paisagismo e Ambiente Ltda., é professor convidado da Esalq-USP e do Inbec.

